

Matheus Carvalho

Manual de **Direito**
Administrativo

11^a
Edição

revista
atualizada
ampliada

2023

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

C331m Carvalho, Matheus.
Manual de Direito Administrativo / Matheus Carvalho – 11.ed., rev., atual. e ampl. -
São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.
1.520 p.

(Coleção Manuais para Concursos)

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4187-5

1. Direito Administrativo. I. Carvalho, Matheus. II. Título.

CDD 341.3

BIBLIOTECÁRIO RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.


SUMÁRIO

Capítulo 1


INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	39
1. Conceito de Estado	39
1.1. Poderes do Estado	40
2. Governo X Estado	41
3. Administração Pública	41
4. Direito Administrativo	43
4.1. Conceito	43
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	45
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	47
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo	47
5.1. Competência para legislar	51
6. Interpretação do Direito Administrativo	51
7. Evolução histórica do Direito Administrativo	52
8. Sistemas de controle da atuação administrativa	53
8.1. Sistema administrativo brasileiro	54
9. Relação com outros ramos do Direito	55
10. Regime Jurídico Administrativo	56
11. Constitucionalização do direito administrativo	57
12. Quadro Sinóptico	58
13. Súmulas	63
13.1. Súmulas do STF	63
14. Jurisprudências 2021/2022	63
15. Questões de concursos	63

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	67
1. Definição	67
1.1. Princípios e regras	68
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado	70
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	72
2. Princípios de Direito Administrativo	73
2.1. Princípio da Legalidade	73
2.2. Princípio da Impessoalidade	77
2.2.1. Princípio da intranscendência	80
2.3. Princípio da Moralidade	80
2.4. Princípio da Publicidade	81
2.5. Princípio da Eficiência	85
2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	86


2.7. Princípio da Continuidade.....	90
2.8. Princípio da Autotutela.....	97
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	98
 Vídeo.....	100
2.10. Princípio da Proporcionalidade.....	100
2.11. Princípio da Motivação.....	101
2.12. Isonomia.....	103
2.13. Finalidade.....	105
2.14. Especialidade.....	107
2.15. Segurança jurídica.....	107
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	109
3. Dever de observância dos princípios.....	111
4. Quadro Sinóptico.....	111
5. Súmulas.....	118
5.1. Súmulas do STF.....	118
5.2. Súmulas do STJ.....	119
6. Jurisprudências 2021/2022.....	119
6.1. Informativos do STJ.....	124
7. Questões de concursos.....	124

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS.....	131
1. Introdução.....	131
1.1. Uso e abuso de poder.....	132
2. Discricionariedade e vinculação.....	133
2.1. Poder Vinculado.....	134
2.2. Poder Discricionário.....	134
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária.....	136
4. Poderes administrativos.....	136
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar.....	137
4.1.1. Regulamentos.....	137
4.1.2. Espécies de Regulamentos.....	138
4.1.3. Consulta pública.....	140
4.2. Poder Hierárquico.....	140
4.3. Poder Disciplinar.....	142
4.4. Poder de Polícia.....	145
 Vídeo.....	147
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária.....	147
4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia.....	147
4.4.3. Natureza dos atos de polícia.....	148
4.4.4. Delegação dos atos de Polícia.....	149
4.4.4.1. Ciclos de Polícia e delegação.....	151
4.4.5. Atributos do Poder de Polícia.....	152


4.4.6. Prescrição das sanções de polícia	153
4.4.7. Atos de polícia previstos na lei 13.979/20 (situação de pandemia de COVID-19)	154
4.5. Aprofundamento para provas subjetivas	156
5. Quadro Sinóptico	160
6. Súmulas	165
6.1. Súmulas do STF	165
6.2. Súmulas do STJ	165
7. Jurisprudências 2021/2022	165
7.1. Informativos do STJ	168
7.2. Informativos do STF	169
8. Questões de Concursos	169

Capítulo 4


ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	175
1. Introdução	175
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa	176
2. Prestação da atividade pública	177
2.1. Descentralização X Desconcentração	179
2.2. Espécies de descentralização	179
3. Administração direta	180
3.1. Órgãos públicos	181
3.1.1. Classificação de órgãos	184
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão	186
3.1.3. Teoria da institucionalização	187
4. Administração Indireta	187
4.1. Entes da Administração Indireta	188
4.1.1. Características gerais	189
5. Autarquias	192
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias	193
5.2. Autarquias profissionais	201
5.3. Autarquias territoriais	204
5.4. Autarquias em regime especial	205
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas	205
5.4.2. Agências reguladoras	206
 Vídeo	206
5.4.2.1. Regime especial	207
5.4.2.2. Poder normativo e atos decisórios	209
5.4.2.3. Articulação entre Agências Reguladoras e entre essas Agências e demais órgãos de controle	210
5.4.2.4. Interação operacional entre agências reguladoras	212
5.4.2.5. Espécies de Agências reguladoras	212
5.4.2.5. Regime de pessoal	213
5.4.2.6. Licitação	214
5.4.2.7. Teoria da captura	216

5.4.2.8. Agências reguladoras e delegificação	216
5.5. Agências Executivas.....	217
6. Fundações Públicas	218
6.1. Natureza jurídica.....	219
6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	221
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	222
7. Empresas estatais	225
7.1. Finalidades das empresas estatais	227
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	228
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	239
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	240
7.4.1. Requisitos de transparência.....	241
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal	242
7.4.3. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais.....	243
7.4.4. Controle das entidades	243
7.5. <i>Golden Share</i>	243
7.6. Aprofundamento para provas subjetivas	244
8. Quadro Sinóptico	245
9. Súmulas	260
9.1. Súmulas do STF	260
9.2. Súmulas do STJ	260
9.3. Súmulas do TST	260
10. JurisprudênciaS 2021/2022.....	261
10.1. Informativos do STJ	262
10.2. Informativos do STF.....	263
11. Questões de Concursos	267

Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	273
1. Atos jurídicos	273
2. Atos administrativos X Atos da administração	274
3. Ato administrativo	276
3.1. Conceito	276
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	278
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	280
4.1. Competência.....	281
4.1.1. Características da competência administrativa	282
4.2. Finalidade	286
4.3. Forma	289
4.3.1. Silêncio Administrativo	290
4.3.2. Vício no elemento forma	292
4.4. Motivo.....	293
4.4.1. Motivo e motivação.....	295
 Vídeo.....	298


4.5. Objeto	299
4.6. Elementos discricionários e vinculados.....	300
5. Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello.....	301
6. Atributos do ato administrativo.....	302
6.1. Presunção de veracidade.....	303
6.2. Presunção de legitimidade.....	303
6.3. Imperatividade.....	304
6.4. Exigibilidade.....	305
6.5. Executoriedade ou autoexecutoriedade.....	305
6.6. Tipicidade.....	306
7. Fases de constituição do ato administrativo	306
7.1. A perfeição	306
7.2. A validade.....	307
7.3. A eficácia	307
7.3.1. Elementos acidentais do ato administrativo	309
7.3.1.1. Condição	309
7.3.1.2. Termo	309
7.3.1.3. Encargo.....	309
7.4. Atos após a formação	310
8. Classificação dos atos administrativos.....	311
8.1. Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários	311
8.2. Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	311
8.3. Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais	313
8.4. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	313
8.5. Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos	314
8.6. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios	314
8.7. Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos	314
8.8. Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos	315
9. Espécies de atos administrativos	315
9.1. Atos normativos.....	315
9.2. Atos ordinatórios	317
9.3. Atos negociais	318
9.4. Atos enunciativos.....	322
9.5. Atos punitivos.....	325
10. Extinção dos atos administrativos.....	325
10.1. Extinção natural.....	325
10.2. Renúncia.....	326
10.3. Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai	326
10.4. Retirada	326
10.4.1. Anulação	326
10.4.2. Revogação	331
10.4.3. Cassação.....	332

10.4.4. Caducidade	332
 Vídeo.....	332
10.4.5. Contraposição (derrubada)	333
11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos	333
12. Quadro Sinóptico	338
13. Súmulas	355
13.1. Súmulas do STF	355
13.2. Súmulas do STJ	355
14. Jurisprudências 2021/2022	355
14.1. Informativos do STJ	359
14.2. Informativos do STF.....	361
15. Questões de concursos	362

Capítulo 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO


1. Fundamento da responsabilidade	369
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado	370
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88.....	372
3.1. Agentes da responsabilidade civil:.....	373
3.2. Responsabilidade Objetiva	375
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado	377
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado	379
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado).....	380

 Vídeo.....	382
3.4. Indenização.....	382
3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	383
3.6. Responsabilidade do Agente Público	384
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público.....	388
3.6.2. Dolo e erro grosseiro	390
3.7. Prazo prescricional	391
3.8. Responsabilidade por obra pública.....	392
3.9. Responsabilidade pré-contratual.....	394
3.10. Responsabilidade por erro médico em clínicas credenciadas	394
4. Responsabilidade por atos legislativos.....	394
4.1. Leis de efeitos concretos	395
4.2. Leis em sentido formal e material.....	395
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais.....	396
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (Lei Anticorrupção).....	397


 Vídeo.....	398
6.1. Responsabilidade administrativa	399


6.2. Processo administrativo.....	400
6.3. Responsabilidade judicial.....	401
7. Aprofundamento para provas discursivas.....	402
8. Quadro Sinóptico.....	404
9. Súmulas.....	409
9.1. Súmulas do STF.....	409
9.2. Súmulas do STJ.....	409
10. Jurisprudências 2021/2022.....	410
10.1. Informativos do STJ.....	414
10.2. Informativos do STF.....	415
11. Questões de Concursos.....	416

Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	423
1. Introdução.....	423
2. Conceito.....	424
3. Classificação.....	425
4. Controle Administrativo.....	429
4.1. Provocação da Administração Pública.....	432
4.2. Recursos administrativos.....	433
4.3. Órgãos internos de controle.....	434
5. Controle Legislativo.....	437
5.1. Controle Parlamentar Direto.....	437
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas.....	438
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União.....	439
6. Controle judicial.....	441
6.1. Ações judiciais.....	443
6.1.1. Mandado de Segurança.....	443
 Vídeo.....	447
6.1.2. Ação Popular.....	447
6.1.3. Habeas Data.....	448
6.1.4. Ação civil pública.....	449
6.1.5. Mandado de Injunção.....	450
6.1.6. Demais ações.....	453
6.2. Atos <i>interna corporis</i>	453
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica.....	454
8. Quadro Sinóptico.....	455
9. Súmulas.....	468
9.1. Súmulas do STF.....	468
9.2. Súmulas do STJ.....	469
10. Jurisprudências 2021/2022.....	469
10.1. Informativo do STJ.....	472
11. Questões de Concursos.....	473

Capítulo 8

LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11	479
1. Conceito	479
2. Competência para legislar	480
3. Finalidades do procedimento licitatório	481
4. Princípios norteadores da licitação.....	482
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	483
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	483
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	483
4.4. Princípio do Procedimento Formal	484
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	484
4.6. Princípio da isonomia	484
5. Tipos de Licitação	485
6. Desempate na licitação.....	486
7. Quem deve licitar.....	488
8. Intervalo mínimo	489
9. Comissão	490
10. Modalidades Licitatórias	492
10.1. Concorrência	494
10.2. Tomada de preços	496
10.2.1. Cadastro de interessados.....	497
10.3. Convite.....	498
10.4. Concurso	499
10.5. Leilão.....	500
10.6. Pregão.....	502
10.6.1. Pregão eletrônico	503
11. Licitação para registro de preços.....	504
12. Procedimentos licitatórios	505
12.1. Concorrência	505
12.2. Procedimento da tomada de preços.....	522
12.3. Procedimento do Convite	522
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	522
12.5. Procedimento do pregão	523
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	525
12.5.1.1. Dispensa eletrônica	532
13. Licitação internacional	532
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	533
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	534
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	536
16.1. Inexigibilidade de licitação	537
 Vídeo.....	538
16.1.1. Inexigibilidade de licitação para serviços de advocacia e contabilidade.....	538
16.2. Dispensa de licitação.....	539

16.3. Procedimento para contratação direta	548
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	549
17. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona”.....	550
 Vídeo.....	553
18. Quadro Sinóptico	553
19. Súmulas	570
19.1. Súmulas do STF	570
19.2. Súmulas do STJ	570
20. Jurisprudências 2021/2022	570
20.1. Informativos do STF.....	572
21. Questões de Concursos	573


Capítulo 9


LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021	579
1. Conceito	579
2. Competência para legislar	580
3. Finalidades do procedimento licitatório	582
4. Princípios norteadores da licitação.....	582
4.1. Princípio da Vinculação ao Edital	583
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	583
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	584
4.4. Princípio da competitividade.....	584
4.5. Princípio da Economicidade	584
4.6. Princípio da isonomia	584
4.7. Princípio da segregação de funções.....	585
4.8. Princípio da segurança jurídica.....	586
4.9. Princípio do planejamento	586
5. Tipos de Licitação	586
6. Desempate na licitação.....	589
7. Quem deve licitar.....	590
8. Intervalo mínimo.....	592
9. Agentes da licitação.....	593
10. Plano de contratação anual.....	595
11. Modalidades Licitatórias	596
11.1. Concorrência	596
11.2. Concurso	597
11.3. Leilão.....	598
11.4. Pregão.....	600
11.5. Diálogo competitivo	601
12. Licitação para registro de preços.....	601
13. Procedimentos licitatórios	603
13.1. Procedimento comum (concorrência e pregão).....	604
13.1.1. Fase preparatória	604

13.2. Fase externa.....	613
13.2.1. Divulgação do edital de licitação	613
13.2.2. Apresentação de propostas e lances	615
13.2.3. Julgamento	616
13.2.4. Habilitação.....	618
13.2.5. Recurso	622
13.2.6. Encerramento.....	623
13.3. Procedimento do Diálogo Competitivo.....	625
14. Licitação internacional	626
15. Licitações de grande vulto	627
16. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	628
17. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	630
17.1. Inexigibilidade de licitação	632
17.2. Dispensa de licitação.....	634
17.3. Dispensa para alienação de bens de licitação.....	641
17.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	642
18. Procedimento de manifestação de interesse.....	643
19. Procedimentos auxiliares	644
19.1. Credenciamento.....	644
19.2. Registro cadastral	644
19.3. Pré-qualificação.....	645
20. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona” ou adesão à ata de registro de preços.....	646
21. Quadro Sinóptico	649

Capítulo 10

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.530/02 E 12.462/11.....

1. Introdução	665
2. Conceito	667
3. Competência legislativa.....	668
4. Características dos contratos administrativos.....	668
4.1. Formalismo.....	670
5. Garantia.....	673
6. Cláusulas exorbitantes.....	675
6.1. Alteração unilateral do contrato	675
6.2. Rescisão unilateral do contrato	677
6.3. Fiscalização da execução do contrato	680
6.4. Ocupação temporária de bens	681
6.5. Aplicação de penalidades.....	681
6.5.1. Impedimento Indireto.....	683
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	685
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	686
8.1. Pagamentos feitos ao particular	687
 Vídeo.....	688

9. Teoria da imprevisão	689
10. Subcontratação nos contratos da administração.....	691
11. Duração	692
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	692
12. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	695
13. Recebimento do objeto contratual.....	698
14. Formas de extinção do contrato administrativo	699
15. Disposição penais da lei 8.666/93	701
16. Dos contratos administrativos em espécie.....	702
 Vídeo.....	704
17. Convênios.....	708
18. Consórcios Públicos	710
18.1. Fundos patrimoniais	711
19. Regime Diferenciado de Contratações.....	714
19.1. Objetivos	714
19.2. Peculiaridades da lei 12.462/11	715
20. Licitações e contratos das empresas estatais.....	720
20.1. Dispensa e inexigibilidade	720
20.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	723
20.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	723
20.4. Procedimento da licitação	724
20.5. Pré-qualificação permanente	726
20.6. Cadastramento.....	727
20.7. Registro de preços	727
20.8. Prazos de implementação	727
20.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	728
20.9.1. Garantia	728
20.9.2. Duração	728
20.9.3. Alteração bilateral.....	729
20.10. Sanções	730
20.11. Subcontratação	731
20.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	731
20.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	733
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	734
21.1. Vedações para celebração de convênios.....	734
21.2. Chamamento público ou concurso de projetos	735
21.3. Cláusulas necessárias do convênio	736
21.4. Prestação de contas.....	736
21.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	737
21.6. Denúncia e rescisão.....	737
22. Programas de parcerias de investimentos - PPI	738
22.1. Relicitação	739
23. Aprofundamento para prova subjetiva.....	741

25. Quadro Sinóptico	743
26. Súmulas	760
26.1. Súmulas do STF	760
26.2. Súmulas do TST	760
27. JURISPRUDÊNCIA 2021/2022.....	761
28. Questões de concursos	764


Capítulo 11

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI 14.133/21	771
1. Introdução	771
2. Conceito	773
3. Competência legislativa.....	774
4. Características dos contratos administrativos.....	774
4.1. Formalismo.....	777
5. Garantia.....	780
5.1. Cláusula de retomada.....	781
6. Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração.....	783
6.1. Alteração unilateral do contrato	783
6.2. Rescisão unilateral do contrato	786
6.3. Fiscalização da execução do contrato	790
6.4. Ocupação temporária de bens	790
6.5. Aplicação de penalidades.....	791
6.5.1. Impedimento Indireto.....	794
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	797
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	798
8.1. Pagamentos feitos ao particular	798
9. Teoria da imprevisão	800
10. Alocação de riscos	802
11. Subcontratação nos contratos da administração.....	803
12. Duração.....	804
12.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	805
13. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	808
14. Recebimento do objeto contratual.....	811
15. Formas de extinção do contrato administrativo	812
16. Da solução alternativa de controvérsias.....	816
17. Planos de contratação anual	816
18. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	816
19. Disposições penais da Lei 14.133/2021.....	818
20. Dos contratos administrativos em espécie.....	819
21. Convênios.....	827
22. Convênios e contratos de repasse com o poder público	829
22.1. Vedações para celebração de convênios.....	830
22.2. Chamamento público ou concurso de projetos	830
22.3. Cláusulas necessárias do convênio	831

22.4. Prestação de contas.....	831
22.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	832
22.6. Denúncia e rescisão.....	833
23. Consórcios Públicos	833
23.1. Fundos patrimoniais	834
24. Licitações e contratos das empresas estatais.....	837
24.1. Dispensa e inexigibilidade	837
24.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	839
24.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	840
24.4. Procedimento da licitação	841
24.5. Pré-qualificação permanente	843
24.6. Cadastramento.....	843
24.7. Registro de preços	844
24.8. Prazos de implementação	844
24.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	844
24.9.1. Garantia	845
24.9.2. Duração	845
24.9.3. Alteração bilateral.....	845
24.10.Sanções	847
24.11.Subcontratação	847
24.12.Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	848
24.13.Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	849
25. Programas de parcerias de investimentos - PPI	850
25.1. Relicitação	851
26. Responsabilidade do agente por ato praticado com base em parecer jurídico.....	853
27. Licenciamento ambiental e desapropriação.....	854
28. Aprofundamento para prova subjetiva.....	856
29. Quadro Sinóptico	859

Capítulo 12

SERVIÇOS PÚBLICOS	877
1. Conceito	877
2. Princípios.....	879
2.1. Dever de prestação pelo Estado	880
2.2. Modicidade	880
2.3. Atualidade.....	881
2.4. Cortesia	881
2.5. Economicidade	881
2.6. Generalidade.....	881
2.7. Submissão a controle.....	881
2.8. Continuidade.....	882
2.8.1. Greve de agentes públicos.....	882
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	886
2.8.3. Exceptio non adimpleti contractus	889

2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	889
2.9. Isonomia.....	890
3. Formas de prestação do serviço público.....	890
4. Classificação.....	893
5. Delegação Contratual de Serviços.....	895
6. Concessão de Serviços Públicos.....	896
6.1. Poder concedente.....	897
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente.....	898
6.2. Concessionária.....	900
6.3. Usuários do serviço.....	902
6.4. Procedimento licitatório.....	903
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas.....	904
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público.....	905
6.6. Intervenção.....	906
6.7. Duração do contrato de concessão.....	907
6.8. Arbitragem.....	908
6.9. Subconcessão.....	908
6.10. Remuneração da concessionária.....	909
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores.....	911
6.11. Extinção do contrato de concessão.....	912
7. Parceria Público-Privada – PPP.....	914
7.1. Espécies de Parcerias.....	915
 Vídeo.....	915
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	916
7.3. Características específicas das parcerias.....	918
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco.....	918
7.3.2. Financiamento do setor privado.....	918
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	919
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	920
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP.....	921
7.3.6. Procedimento licitatório.....	922
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico.....	924
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas ...	925
8. Permissão de Serviço Público.....	927
9. Autorização de serviço público.....	929
10. Consórcios Públicos.....	930
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica.....	935
12. Aprofundamento para provas subjetivas – Consórcios públicos entre união e municípios.....	936
13. Quadro Sinóptico.....	937
14. Súmulas.....	960
14.1. Súmulas do STF.....	960
14.2. Súmulas do STJ.....	961
15. Jurisprudências 2021/2022.....	961



15.1. Informativos do STF.....	965
16. Questões de Concursos	967

Capítulo 13


ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....	973
1. Setores da Economia	973
1.1. Entidades do terceiro setor	974
2. Serviço Social Autônomo	975
3. Entidades de Apoio	978
4. Organizações Sociais (OS).....	980
4.1. Programa nacional de publicização (PNP).....	984
5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	985
6. Organizações da sociedade civil (OSC)	987
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	988
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social	989
6.3. Chamamento público	990
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame	992
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos	993
6.6. Formalização das parcerias	995
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros	998
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	998
6.9. Prestação de contas.....	999
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades	1000
7. Quadro Sinóptico	1001
8. Súmulas	1009
8.1. Súmulas do STF	1009
9. Jurisprudências 2021/2022	1010
10. Questões de concursos	1010

Capítulo 14

AGENTES PÚBLICOS	1017
1. Conceito	1017
2. Classificação de agentes	1019
2.1. Agentes Políticos	1019
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	1021
2.3. Servidores estatais	1022
2.3.1. Servidores temporários	1023
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos.....	1024
2.3.3. Servidores celetistas	1032
2.3.4. Servidores estatutários	1034
3. Cargo público, emprego público e função pública.....	1035
3.1. Emprego público	1036
3.2. Cargo Público	1037
3.2.1. Classificação de cargos.....	1038
3.3. Função Pública	1040

4.	Requisitos de ingresso no serviço público	1042
4.1.	Ampla acessibilidade	1042
4.2.	Concurso público	1043
4.2.1.	Exceções ao concurso público	1045
4.2.2.	Regras definidas pelo edital.....	1049
4.2.3.	Realização de novo concurso na vigência do certame anterior	1055
4.2.4.	Direito subjetivo à nomeação	1056
4.2.4.1.	Cadastro de reserva.....	1059
4.2.5.	Cláusula de barreira.....	1059
4.3.	Nacionalidade brasileira	1060
4.4.	O gozo dos direitos políticos.....	1061
4.5.	A quitação com as obrigações militares e eleitorais	1061
4.6.	O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	1061
4.7.	Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	1062
4.7.1.	Portadores de necessidades especiais.....	1063
4.7.2.	Limite de idade	1064
4.7.3.	Exame psicotécnico	1066
4.8.	Atividade jurídica.....	1068
4.9.	Vedação ao nepotismo.....	1070
4.10.	Vagas reservadas para negros e pardos.....	1073
4.11.	Terceirização de atividade pública	1074
5.	Estabilidade	1075
5.1.	Conceito e evolução constitucional	1076
5.2.	Empregos públicos.....	1079
5.3.	Dispensa do servidor estável.....	1080
5.4.	Estabilidade x Estágio probatório	1083
5.5.	Vitaliciedade	1085
6.	Direito de greve do servidor público.....	1086
7.	Provimento	1089
7.1.	Provimento Originário.....	1089
7.2.	Provimento Derivado.....	1090
7.2.1.	Provimento derivado vertical	1091
7.2.2.	Provimento derivado horizontal.....	1092
7.2.3.	Provimento derivado por reingresso.....	1092
	Vídeo.....	1093
8.	Vacância.....	1095
9.	Acumulação de Cargos.....	1097
	Vídeo.....	1099
9.1.	Acumulação de cargos na carreira militar	1101
10.	Deslocamento	1101
10.1.	Remoção.....	1101
10.2.	Redistribuição.....	1103

11. Remuneração do Servidor Público.....	1104
11.1. Irredutibilidade de Remuneração	1106
11.2. Salário Mínimo.....	1108
11.3. Pagamento em atraso	1108
11.4. Vinculação e equiparação de remunerações	1108
11.5. Subsídios.....	1110
11.6. Teto remuneratório.....	1110
11.7. Desconto na remuneração do servidor público.....	1113
11.8. Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos.....	1114
12. Vantagens.....	1114
12.1. Indenização.....	1115
12.2. Gratificações	1118
12.3. Adicionais	1120
13. Férias	1122
14. Licenças	1123
15. Afastamentos.....	1126
15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	1126
15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade	1127
15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	1127
15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	1128
16. Concessões.....	1129
17. Regime Disciplinar	1130
17.1. Responsabilidade do servidor público.....	1130
18. Infrações e Sanções administrativas	1131
18.1. Demissão	1132
18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	1134
18.3. Suspensão	1135
18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança	1136
18.5. Advertência.....	1136
18.6. Prescrição.....	1137
18.7. Registro da Penalidade	1138
18.8. Competência para aplicação da Penalidade.....	1139
19. Processo Administrativo Disciplinar	1140
19.1. Sindicância.....	1141
19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1142
19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar	1142
19.4. Recurso e Pedido de reconsideração	1147
19.5. Revisão	1147
20. Processo sumário.....	1148
21. Aposentadoria do Servidor Público	1148
21.1. Regimes de Previdência.....	1149
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).....	1150
21.2.1. Breve histórico constitucional.....	1151
21.2.2. Características do RPPS	1152


21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	1153
21.2.4. Valor da contribuição	1160
21.2.4.1. Contribuição de inativos	1161
21.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária	1162
21.2.5. Teto do regime próprio.....	1162
21.2.6. Paridade e Integralidade	1163
21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria.....	1164
 Vídeo.....	1165
21.4. Acumulação de aposentadoria	1165
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	1165
22.1. Benefícios dos segurados	1166
22.1.1. Salário-família	1166
22.1.2. Auxílio-natalidade	1166
22.1.3. Licença para tratamento de saúde	1166
22.1.4. Licença-gestante, adotante e paternidade	1167
22.1.5. Licença por acidente em serviço	1168
22.1.6. Assistência à saúde.....	1168
22.2. Benefícios dos dependentes	1168
22.2.1. Pensão por morte	1168
22.2.1.1. Beneficiários da pensão.....	1170
22.2.1.2. Exclusão da Pensão.....	1171
22.2.1.3. Acumulação de pensões	1172
22.2.1.4. Pensão provisória.....	1173
22.2.2. Auxílio-reclusão.....	1173
22.2.3. Auxílio-funeral	1174
22.2.4. Assistência à saúde.....	1174
23. Quadro Sinóptico	1174
24. Súmulas	1212
24.1. Súmulas do STF	1212
24.2. Súmulas do STJ	1213
24.3. Súmulas do TST	1214
25. Jurisprudências 2021/2022	1214
25.1. Informativo do STJ.....	1223
25.2. Informativos do STF.....	1228
26. Questões de Concursos	1231

Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1237
1. Considerações iniciais	1237
2. Conceito	1238
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade.....	1238
4. Dos agentes da improbidade administrativa	1239
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	1241


6. Sanções pela prática de ato de improbidade.....	1246
7. Cautelar de indisponibilidade de bens.....	1247
8. Cautelar de afastamento preventivo.....	1249
9. Procedimento da Ação de improbidade.....	1250
9.1. Partes e competência.....	1250
9.2. Petição inicial, contestação e julgamento.....	1251
9.3. Transformação em ação civil pública.....	1256
10. Do acordo de não persecução cível.....	1258
11. Crime de denunciação caluniosa.....	1260
12. Prescrição.....	1260
13. Retroatividade da norma mais benéfica em improbidade administrativa.....	1263
14. Aprofundamento para provas discursivas.....	1265
14.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa.....	1265
15. Quadro Sinóptico.....	1267
16. Súmulas.....	1272
16.1. Súmulas do STJ.....	1272
17. Jurisprudências 2021/2022.....	1272
17.1. Informativos do STJ.....	1278
18. Questões de Concursos.....	1282

Capítulo 16

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	1289
1. Direito de Propriedade.....	1289
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais.....	1290
3. Modalidades de intervenção.....	1292
4. Desapropriação.....	1292
4.1. Objeto da desapropriação.....	1293
4.2. Pressupostos da desapropriação.....	1294
4.2.1. Desapropriação Comum.....	1296
4.2.2. Desapropriação especial urbana.....	1299
4.2.3. Desapropriação Especial Rural.....	1301
4.2.4. Desapropriação Confisco.....	1302
4.3. Procedimento da Desapropriação.....	1305
4.3.1. Competência para desapropriar.....	1305
4.3.2. Fases do Procedimento.....	1307
4.3.2.1. Fase Declaratória.....	1308
4.3.2.2. Fase executória.....	1310
4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem.....	1311
4.4. Ação de desapropriação.....	1312
4.5. Correção monetária.....	1314
4.6. Juros compensatórios.....	1315
 Vídeo.....	1316
4.7. Juros moratórios.....	1317


4.8. Honorários advocatícios.....	1318
4.9. Ação de desapropriação rural.....	1319
4.10. Desapropriações diferenciadas.....	1321
4.10.1. Desapropriação privada.....	1321
4.10.2. Desapropriação indireta.....	1322
4.11. Situações específicas na desapropriação.....	1324
4.11.1. Direito de extensão.....	1325
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão.....	1325
4.12. Desapropriação por zona.....	1329
4.13. Desapropriação de domínio útil.....	1330
5. Intervenções restritivas na propriedade privada.....	1331
5.1. Limitação administrativa.....	1331
5.2. Servidão Administrativa.....	1334
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa.....	1336
5.2.2. Procedimento de instituição da servidão administrativa.....	1337
5.2.3. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa.....	1338
5.3. Tombamento.....	1339
5.3.1. Bens objetos de tombamento.....	1341
5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento.....	1343
5.3.3. Indenização.....	1344
5.3.4. Procedimento.....	1345
5.3.5. Extinção.....	1346
5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa.....	1347
5.4. Requisição administrativa.....	1348
5.4.1. Características e objeto da requisição.....	1348
5.5. Ocupação temporária.....	1349
6. Quadro Sinóptico.....	1350
7. Súmulas.....	1373
7.1. Súmulas do STF.....	1373
7.2. Súmulas do STJ.....	1374
8. Jurisprudências 2021/2022.....	1374
9. Questões de Concursos.....	1378

Capítulo 17

BENS PÚBLICOS	1385
1. Conceito.....	1385
2. Competência para legislar.....	1387
3. Classificação.....	1388
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1389
5. Garantias.....	1390
 Vídeo.....	1392
5.1. Alienação de bens públicos.....	1392
6. Utilização de bens públicos por particulares.....	1394

6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos	1396
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1398
7.1. Aquisição contratual	1398
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza	1399
8. Bens em espécie	1400
9. Aprofundamento para provas discursivas	1404
10. Quadro Sinóptico	1405
11. Súmulas	1410
11.1. Súmulas do STF	1410
11.2. Súmulas do STJ	1410
12. Jurisprudências 2021/2022	1410
12.1. Informativos do STF.....	1415
13. Questões de Concursos	1415

Capítulo 18

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1421
1. Introdução e conceito.....	1421
2. Finalidade do processo administrativo.....	1422
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1424
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1424
3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1425
3.2. Devido Processo Legal.....	1425
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1426
3.4. Instrumentalidade das formas	1429
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1429
3.6. Verdade Real	1430
3.7. Gratuidade.....	1431
3.8. Princípio da Legalidade.....	1431
3.9. Princípio da motivação.....	1431
4. Processo Administrativo Federal.....	1432
4.1. Aplicação Subsidiária	1433
4.2. Princípios previstos na Lei 9.784/99	1433
5. Direitos e deveres dos particulares	1434
5.1. Legitimidade processual	1435
6. Início do processo	1436
 Vídeo.....	1436
7. Competência administrativa.....	1437
7.1. Suspeição e impedimento.....	1438
8. Dos atos processuais.....	1438
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	1438
8.2. Comunicação dos atos processuais	1439
9. Fases do processo administrativo	1440
9.1. Instauração	1440

9.2. Instrução processual, defesa e relatório	1441
9.3. Decisão	1443
10. Motivação dos atos processuais	1443
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1444
11. Extinção do processo.....	1444
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo.....	1445
13. Decisão coordenada	1445
14. Recursos administrativos	1446
14.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos.....	1447
14.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1448
14.3. Da revisão	1448
15. Contagem de prazos.....	1448
16. Processo Administrativo Disciplinar.....	1449
16.1. Sindicância investigativa ou preparatória.....	1449
16.2. Sindicância contraditória ou acusatória	1450
16.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1451
16.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	1452
17. Impugnações administrativas do julgamento	1458
17.1. Recurso e Pedido de Reconsideração	1459
17.2. Revisão	1459
18. Processo sumário.....	1460
19. Quadro sinóptico	1462
20. Súmulas	1474
20.1. Súmulas do STF	1474
20.2. Súmulas do STJ	1474
21. Jurisprudências 2021/2022	1475
21.1. Informativos do STJ	1477
22. Questões de Concursos	1478

Capítulo 19

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1485
1. Introdução	1485
2. O estado regulador e a constitucionalização normativa.....	1486
3. A ordem econômica e seus fundamentos	1487
3.1. Valorização do trabalho humano.....	1487
3.2. Liberdade de iniciativa	1488
4. Princípios da ordem econômica.....	1488
5. Formas de atuação do estado	1489
6. Estado regulador	1489
6.1. Competências para intervenção.....	1490
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico.....	1491
6.2.1. Hipóteses de abuso.....	1492
6.2.2. Espécies de abuso. Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1493
6.2.3. Práticas restritivas verticais.....	1493

6.3. Normas de repressão dos abusos.....	1494
6.3.1. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1494
6.3.2. Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica.....	1495
6.3.3. Acordo de leniência.....	1497
6.3.4. Controle de concentrações.....	1498
6.4. Controle do abastecimento.....	1499
7. Estado executor.....	1500
7.1. Exploração direta em regime de livre concorrência.....	1500
7.1.1. Regime das empresas estatais.....	1501
7.2. Monopólio estatal.....	1502
7.2.1. Atividades monopolizadas.....	1502
8. Quadro sinóptico.....	1503
9. Jurisprudências 2021/2022.....	1505
10. Questões de concursos.....	1506
BIBLIOGRAFIA.....	1511


SUMÁRIO

Capítulo 1


INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	39
1. Conceito de Estado	39
1.1. Poderes do Estado	40
2. Governo X Estado	41
3. Administração Pública	41
4. Direito Administrativo	43
4.1. Conceito	43
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	45
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	47
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo	47
5.1. Competência para legislar	51
6. Interpretação do Direito Administrativo	51
7. Evolução histórica do Direito Administrativo	52
8. Sistemas de controle da atuação administrativa	53
8.1. Sistema administrativo brasileiro	54
9. Relação com outros ramos do Direito	55
10. Regime Jurídico Administrativo	56
11. Constitucionalização do direito administrativo	57
12. Quadro Sinóptico	58
13. Súmulas	63
13.1. Súmulas do STF	63
14. Jurisprudências 2021/2022	63
15. Questões de concursos	63

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	67
1. Definição	67
1.1. Princípios e regras	68
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado	70
1.1.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público	72
2. Princípios de Direito Administrativo	73
2.1. Princípio da Legalidade	73
2.2. Princípio da Impessoalidade	77
2.2.1. Princípio da intranscendência	80
2.3. Princípio da Moralidade	80
2.4. Princípio da Publicidade	81
2.5. Princípio da Eficiência	85
2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	86


2.7. Princípio da Continuidade.....	90
2.8. Princípio da Autotutela.....	97
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	98
 Vídeo.....	100
2.10. Princípio da Proporcionalidade.....	100
2.11. Princípio da Motivação.....	101
2.12. Isonomia.....	103
2.13. Finalidade.....	105
2.14. Especialidade.....	107
2.15. Segurança jurídica.....	107
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	109
3. Dever de observância dos princípios.....	111
4. Quadro Sinóptico.....	111
5. Súmulas.....	118
5.1. Súmulas do STF.....	118
5.2. Súmulas do STJ.....	119
6. Jurisprudências 2021/2022.....	119
6.1. Informativos do STJ.....	124
7. Questões de concursos.....	124

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS	131
1. Introdução.....	131
1.1. Uso e abuso de poder.....	132
2. Discricionariedade e vinculação.....	133
2.1. Poder Vinculado.....	134
2.2. Poder Discricionário.....	134
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária.....	136
4. Poderes administrativos.....	136
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar.....	137
4.1.1. Regulamentos.....	137
4.1.2. Espécies de Regulamentos.....	138
4.1.3. Consulta pública.....	140
4.2. Poder Hierárquico.....	140
4.3. Poder Disciplinar.....	142
4.4. Poder de Polícia.....	145
 Vídeo.....	147
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária.....	147
4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia.....	147
4.4.3. Natureza dos atos de polícia.....	148
4.4.4. Delegação dos atos de Polícia.....	149
4.4.4.1. Ciclos de Polícia e delegação.....	151
4.4.5. Atributos do Poder de Polícia.....	152


4.4.6. Prescrição das sanções de polícia	153
4.4.7. Atos de polícia previstos na lei 13.979/20 (situação de pandemia de COVID-19)	154
4.5. Aprofundamento para provas subjetivas	156
5. Quadro Sinóptico	160
6. Súmulas	165
6.1. Súmulas do STF	165
6.2. Súmulas do STJ	165
7. Jurisprudências 2021/2022	165
7.1. Informativos do STJ	168
7.2. Informativos do STF	169
8. Questões de Concursos	169

Capítulo 4


ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	175
1. Introdução	175
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa	176
2. Prestação da atividade pública	177
2.1. Descentralização X Desconcentração	179
2.2. Espécies de descentralização	179
3. Administração direta	180
3.1. Órgãos públicos	181
3.1.1. Classificação de órgãos	184
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão	186
3.1.3. Teoria da institucionalização	187
4. Administração Indireta	187
4.1. Entes da Administração Indireta	188
4.1.1. Características gerais	189
5. Autarquias	192
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias	193
5.2. Autarquias profissionais	201
5.3. Autarquias territoriais	204
5.4. Autarquias em regime especial	205
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas	205
5.4.2. Agências reguladoras	206
 Vídeo	206
5.4.2.1. Regime especial	207
5.4.2.2. Poder normativo e atos decisórios	209
5.4.2.3. Articulação entre Agências Reguladoras e entre essas Agências e demais órgãos de controle	210
5.4.2.4. Interação operacional entre agências reguladoras	212
5.4.2.5. Espécies de Agências reguladoras	212
5.4.2.5. Regime de pessoal	213
5.4.2.6. Licitação	214
5.4.2.7. Teoria da captura	216

5.4.2.8. Agências reguladoras e delegificação	216
5.5. Agências Executivas.....	217
6. Fundações Públicas	218
6.1. Natureza jurídica.....	219
6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	221
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	222
7. Empresas estatais	225
7.1. Finalidades das empresas estatais	227
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	228
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	239
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	240
7.4.1. Requisitos de transparência.....	241
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal	242
7.4.3. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais.....	243
7.4.4. Controle das entidades	243
7.5. <i>Golden Share</i>	243
7.6. Aprofundamento para provas subjetivas	244
8. Quadro Sinóptico	245
9. Súmulas	260
9.1. Súmulas do STF	260
9.2. Súmulas do STJ	260
9.3. Súmulas do TST	260
10. JurisprudênciaS 2021/2022.....	261
10.1. Informativos do STJ	262
10.2. Informativos do STF.....	263
11. Questões de Concursos	267



Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	273
1. Atos jurídicos	273
2. Atos administrativos X Atos da administração	274
3. Ato administrativo	276
3.1. Conceito	276
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	278
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	280
4.1. Competência.....	281
4.1.1. Características da competência administrativa	282
4.2. Finalidade	286
4.3. Forma	289
4.3.1. Silêncio Administrativo	290
4.3.2. Vício no elemento forma	292
4.4. Motivo.....	293
4.4.1. Motivo e motivação.....	295
 Vídeo.....	298

4.5. Objeto	299
4.6. Elementos discricionários e vinculados.....	300
5. Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello.....	301
6. Atributos do ato administrativo.....	302
6.1. Presunção de veracidade.....	303
6.2. Presunção de legitimidade.....	303
6.3. Imperatividade.....	304
6.4. Exigibilidade.....	305
6.5. Executoriedade ou autoexecutoriedade.....	305
6.6. Tipicidade.....	306
7. Fases de constituição do ato administrativo	306
7.1. A perfeição	306
7.2. A validade.....	307
7.3. A eficácia	307
7.3.1. Elementos acidentais do ato administrativo	309
7.3.1.1. Condição	309
7.3.1.2. Termo	309
7.3.1.3. Encargo.....	309
7.4. Atos após a formação	310
8. Classificação dos atos administrativos.....	311
8.1. Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários	311
8.2. Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	311
8.3. Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais	313
8.4. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	313
8.5. Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos	314
8.6. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios	314
8.7. Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos	314
8.8. Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos	315
9. Espécies de atos administrativos	315
9.1. Atos normativos.....	315
9.2. Atos ordinatórios	317
9.3. Atos negociais	318
9.4. Atos enunciativos.....	322
9.5. Atos punitivos.....	325
10. Extinção dos atos administrativos.....	325
10.1. Extinção natural.....	325
10.2. Renúncia.....	326
10.3. Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai	326
10.4. Retirada	326
10.4.1. Anulação	326
10.4.2. Revogação	331
10.4.3. Cassação.....	332


10.4.4. Caducidade	332
 Vídeo.....	332
10.4.5. Contraposição (derrubada)	333
11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos	333
12. Quadro Sinóptico	338
13. Súmulas	355
13.1. Súmulas do STF	355
13.2. Súmulas do STJ	355
14. Jurisprudências 2021/2022	355
14.1. Informativos do STJ	359
14.2. Informativos do STF.....	361
15. Questões de concursos	362

Capítulo 6


RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	369
1. Fundamento da responsabilidade	369
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado	370
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88.....	372
3.1. Agentes da responsabilidade civil:.....	373
3.2. Responsabilidade Objetiva	375
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado	377
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado	379
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado).....	380
 Vídeo.....	382
3.4. Indenização.....	382
3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	383
3.6. Responsabilidade do Agente Público	384
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público.....	388
3.6.2. Dolo e erro grosseiro	390
3.7. Prazo prescricional	391
3.8. Responsabilidade por obra pública.....	392
3.9. Responsabilidade pré-contratual.....	394
3.10. Responsabilidade por erro médico em clínicas credenciadas	394
4. Responsabilidade por atos legislativos.....	394
4.1. Leis de efeitos concretos	395
4.2. Leis em sentido formal e material.....	395
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais.....	396
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (Lei Anticorrupção).....	397
 Vídeo.....	398
6.1. Responsabilidade administrativa	399


6.2. Processo administrativo.....	400
6.3. Responsabilidade judicial.....	401
7. Aprofundamento para provas discursivas.....	402
8. Quadro Sinóptico.....	404
9. Súmulas.....	409
9.1. Súmulas do STF.....	409
9.2. Súmulas do STJ.....	409
10. Jurisprudências 2021/2022.....	410
10.1. Informativos do STJ.....	414
10.2. Informativos do STF.....	415
11. Questões de Concursos.....	416

Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO.....	423
1. Introdução.....	423
2. Conceito.....	424
3. Classificação.....	425
4. Controle Administrativo.....	429
4.1. Provocação da Administração Pública.....	432
4.2. Recursos administrativos.....	433
4.3. Órgãos internos de controle.....	434
5. Controle Legislativo.....	437
5.1. Controle Parlamentar Direto.....	437
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas.....	438
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União.....	439
6. Controle judicial.....	441
6.1. Ações judiciais.....	443
6.1.1. Mandado de Segurança.....	443
 Vídeo.....	447
6.1.2. Ação Popular.....	447
6.1.3. Habeas Data.....	448
6.1.4. Ação civil pública.....	449
6.1.5. Mandado de Injunção.....	450
6.1.6. Demais ações.....	453
6.2. Atos <i>interna corporis</i>	453
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica.....	454
8. Quadro Sinóptico.....	455
9. Súmulas.....	468
9.1. Súmulas do STF.....	468
9.2. Súmulas do STJ.....	469
10. Jurisprudências 2021/2022.....	469
10.1. Informativo do STJ.....	472
11. Questões de Concursos.....	473

Capítulo 8

LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11	479
1. Conceito	479
2. Competência para legislar	480
3. Finalidades do procedimento licitatório	481
4. Princípios norteadores da licitação.....	482
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	483
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	483
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	483
4.4. Princípio do Procedimento Formal	484
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	484
4.6. Princípio da isonomia	484
5. Tipos de Licitação	485
6. Desempate na licitação.....	486
7. Quem deve licitar.....	488
8. Intervalo mínimo	489
9. Comissão	490
10. Modalidades Licitatórias	492
10.1. Concorrência	494
10.2. Tomada de preços	496
10.2.1. Cadastro de interessados.....	497
10.3. Convite.....	498
10.4. Concurso	499
10.5. Leilão.....	500
10.6. Pregão.....	502
10.6.1. Pregão eletrônico	503
11. Licitação para registro de preços.....	504
12. Procedimentos licitatórios	505
12.1. Concorrência	505
12.2. Procedimento da tomada de preços.....	522
12.3. Procedimento do Convite	522
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	522
12.5. Procedimento do pregão	523
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	525
12.5.1.1. Dispensa eletrônica	532
13. Licitação internacional	532
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	533
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	534
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	536
16.1. Inexigibilidade de licitação	537
 Vídeo.....	538
16.1.1. Inexigibilidade de licitação para serviços de advocacia e contabilidade.....	538
16.2. Dispensa de licitação.....	539


16.3. Procedimento para contratação direta	548
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	549
17. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona”.....	550
 Vídeo.....	553
18. Quadro Sinóptico	553
19. Súmulas	570
19.1. Súmulas do STF	570
19.2. Súmulas do STJ	570
20. Jurisprudências 2021/2022	570
20.1. Informativos do STF.....	572
21. Questões de Concursos	573


Capítulo 9

LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021	579
1. Conceito	579
2. Competência para legislar	580
3. Finalidades do procedimento licitatório	582
4. Princípios norteadores da licitação.....	582
4.1. Princípio da Vinculação ao Edital	583
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	583
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	584
4.4. Princípio da competitividade.....	584
4.5. Princípio da Economicidade	584
4.6. Princípio da isonomia	584
4.7. Princípio da segregação de funções.....	585
4.8. Princípio da segurança jurídica.....	586
4.9. Princípio do planejamento	586
5. Tipos de Licitação	586
6. Desempate na licitação.....	589
7. Quem deve licitar.....	590
8. Intervalo mínimo.....	592
9. Agentes da licitação.....	593
10. Plano de contratação anual.....	595
11. Modalidades Licitatórias	596
11.1. Concorrência	596
11.2. Concurso	597
11.3. Leilão.....	598
11.4. Pregão.....	600
11.5. Diálogo competitivo	601
12. Licitação para registro de preços.....	601
13. Procedimentos licitatórios	603
13.1. Procedimento comum (concorrência e pregão).....	604
13.1.1. Fase preparatória	604

13.2. Fase externa.....	613
13.2.1. Divulgação do edital de licitação	613
13.2.2. Apresentação de propostas e lances	615
13.2.3. Julgamento	616
13.2.4. Habilitação.....	618
13.2.5. Recurso	622
13.2.6. Encerramento.....	623
13.3. Procedimento do Diálogo Competitivo.....	625
14. Licitação internacional	626
15. Licitações de grande vulto	627
16. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	628
17. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	630
17.1. Inexigibilidade de licitação	632
17.2. Dispensa de licitação.....	634
17.3. Dispensa para alienação de bens de licitação.....	641
17.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	642
18. Procedimento de manifestação de interesse.....	643
19. Procedimentos auxiliares	644
19.1. Credenciamento.....	644
19.2. Registro cadastral	644
19.3. Pré-qualificação.....	645
20. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona” ou adesão à ata de registro de preços.....	646
21. Quadro Sinóptico	649

Capítulo 10

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.530/02 E 12.462/11	665
1. Introdução	665
2. Conceito	667
3. Competência legislativa.....	668
4. Características dos contratos administrativos.....	668
4.1. Formalismo.....	670
5. Garantia.....	673
6. Cláusulas exorbitantes.....	675
6.1. Alteração unilateral do contrato	675
6.2. Rescisão unilateral do contrato	677
6.3. Fiscalização da execução do contrato	680
6.4. Ocupação temporária de bens	681
6.5. Aplicação de penalidades.....	681
6.5.1. Impedimento Indireto	683
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	685
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	686
8.1. Pagamentos feitos ao particular	687
 Vídeo.....	688

9. Teoria da imprevisão	689
10. Subcontratação nos contratos da administração.....	691
11. Duração	692
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	692
12. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	695
13. Recebimento do objeto contratual.....	698
14. Formas de extinção do contrato administrativo	699
15. Disposição penais da lei 8.666/93	701
16. Dos contratos administrativos em espécie.....	702
 Vídeo.....	704
17. Convênios.....	708
18. Consórcios Públicos	710
18.1. Fundos patrimoniais	711
19. Regime Diferenciado de Contratações.....	714
19.1. Objetivos	714
19.2. Peculiaridades da lei 12.462/11	715
20. Licitações e contratos das empresas estatais.....	720
20.1. Dispensa e inexigibilidade	720
20.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	723
20.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	723
20.4. Procedimento da licitação	724
20.5. Pré-qualificação permanente	726
20.6. Cadastramento.....	727
20.7. Registro de preços	727
20.8. Prazos de implementação	727
20.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	728
20.9.1. Garantia	728
20.9.2. Duração	728
20.9.3. Alteração bilateral.....	729
20.10. Sanções	730
20.11. Subcontratação	731
20.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	731
20.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	733
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	734
21.1. Vedações para celebração de convênios.....	734
21.2. Chamamento público ou concurso de projetos	735
21.3. Cláusulas necessárias do convênio	736
21.4. Prestação de contas.....	736
21.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	737
21.6. Denúncia e rescisão.....	737
22. Programas de parcerias de investimentos - PPI	738
22.1. Relicitação	739
23. Aprofundamento para prova subjetiva.....	741

25. Quadro Sinóptico	743
26. Súmulas	760
26.1. Súmulas do STF	760
26.2. Súmulas do TST	760
27. JURISPRUDÊNCIA 2021/2022.....	761
28. Questões de concursos	764


Capítulo 11

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI 14.133/21	771
1. Introdução	771
2. Conceito	773
3. Competência legislativa.....	774
4. Características dos contratos administrativos.....	774
4.1. Formalismo.....	777
5. Garantia.....	780
5.1. Cláusula de retomada.....	781
6. Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração.....	783
6.1. Alteração unilateral do contrato	783
6.2. Rescisão unilateral do contrato	786
6.3. Fiscalização da execução do contrato	790
6.4. Ocupação temporária de bens	790
6.5. Aplicação de penalidades.....	791
6.5.1. Impedimento Indireto.....	794
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	797
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	798
8.1. Pagamentos feitos ao particular	798
9. Teoria da imprevisão	800
10. Alocação de riscos	802
11. Subcontratação nos contratos da administração.....	803
12. Duração.....	804
12.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	805
13. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	808
14. Recebimento do objeto contratual.....	811
15. Formas de extinção do contrato administrativo	812
16. Da solução alternativa de controvérsias.....	816
17. Planos de contratação anual	816
18. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	816
19. Disposições penais da Lei 14.133/2021.....	818
20. Dos contratos administrativos em espécie.....	819
21. Convênios.....	827
22. Convênios e contratos de repasse com o poder público	829
22.1. Vedações para celebração de convênios.....	830
22.2. Chamamento público ou concurso de projetos	830
22.3. Cláusulas necessárias do convênio	831

22.4. Prestação de contas.....	831
22.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	832
22.6. Denúncia e rescisão.....	833
23. Consórcios Públicos	833
23.1. Fundos patrimoniais	834
24. Licitações e contratos das empresas estatais.....	837
24.1. Dispensa e inexigibilidade	837
24.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	839
24.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	840
24.4. Procedimento da licitação	841
24.5. Pré-qualificação permanente	843
24.6. Cadastramento.....	843
24.7. Registro de preços	844
24.8. Prazos de implementação	844
24.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	844
24.9.1. Garantia	845
24.9.2. Duração	845
24.9.3. Alteração bilateral.....	845
24.10.Sanções	847
24.11.Subcontratação	847
24.12.Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	848
24.13.Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	849
25. Programas de parcerias de investimentos - PPI	850
25.1. Relicitação	851
26. Responsabilidade do agente por ato praticado com base em parecer jurídico.....	853
27. Licenciamento ambiental e desapropriação.....	854
28. Aprofundamento para prova subjetiva.....	856
29. Quadro Sinóptico	859

Capítulo 12

SERVIÇOS PÚBLICOS	877
1. Conceito	877
2. Princípios.....	879
2.1. Dever de prestação pelo Estado	880
2.2. Modicidade	880
2.3. Atualidade.....	881
2.4. Cortesia	881
2.5. Economicidade	881
2.6. Generalidade.....	881
2.7. Submissão a controle.....	881
2.8. Continuidade.....	882
2.8.1. Greve de agentes públicos.....	882
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	886
2.8.3. Exceptio non adimpleti contractus	889

2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	889
2.9. Isonomia.....	890
3. Formas de prestação do serviço público.....	890
4. Classificação.....	893
5. Delegação Contratual de Serviços.....	895
6. Concessão de Serviços Públicos.....	896
6.1. Poder concedente.....	897
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente.....	898
6.2. Concessionária.....	900
6.3. Usuários do serviço.....	902
6.4. Procedimento licitatório.....	903
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas.....	904
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público.....	905
6.6. Intervenção.....	906
6.7. Duração do contrato de concessão.....	907
6.8. Arbitragem.....	908
6.9. Subconcessão.....	908
6.10. Remuneração da concessionária.....	909
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores.....	911
6.11. Extinção do contrato de concessão.....	912
7. Parceria Público-Privada – PPP.....	914
7.1. Espécies de Parcerias.....	915
 Vídeo.....	915
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	916
7.3. Características específicas das parcerias.....	918
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco.....	918
7.3.2. Financiamento do setor privado.....	918
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	919
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	920
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP.....	921
7.3.6. Procedimento licitatório.....	922
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico.....	924
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas ...	925
8. Permissão de Serviço Público.....	927
9. Autorização de serviço público.....	929
10. Consórcios Públicos.....	930
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica.....	935
12. Aprofundamento para provas subjetivas – Consórcios públicos entre união e municípios.....	936
13. Quadro Sinóptico.....	937
14. Súmulas.....	960
14.1. Súmulas do STF.....	960
14.2. Súmulas do STJ.....	961
15. Jurisprudências 2021/2022.....	961



15.1. Informativos do STF.....	965
16. Questões de Concursos	967

Capítulo 13


ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....	973
1. Setores da Economia	973
1.1. Entidades do terceiro setor	974
2. Serviço Social Autônomo	975
3. Entidades de Apoio	978
4. Organizações Sociais (OS).....	980
4.1. Programa nacional de publicização (PNP).....	984
5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	985
6. Organizações da sociedade civil (OSC)	987
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	988
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social	989
6.3. Chamamento público	990
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame	992
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos	993
6.6. Formalização das parcerias	995
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros.....	998
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	998
6.9. Prestação de contas.....	999
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades.....	1000
7. Quadro Sinóptico	1001
8. Súmulas	1009
8.1. Súmulas do STF	1009
9. Jurisprudências 2021/2022	1010
10. Questões de concursos	1010

Capítulo 14

AGENTES PÚBLICOS.....	1017
1. Conceito	1017
2. Classificação de agentes	1019
2.1. Agentes Políticos	1019
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	1021
2.3. Servidores estatais	1022
2.3.1. Servidores temporários	1023
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos.....	1024
2.3.3. Servidores celetistas	1032
2.3.4. Servidores estatutários	1034
3. Cargo público, emprego público e função pública.....	1035
3.1. Emprego público	1036
3.2. Cargo Público	1037
3.2.1. Classificação de cargos.....	1038
3.3. Função Pública	1040

4.	Requisitos de ingresso no serviço público	1042
4.1.	Ampla acessibilidade	1042
4.2.	Concurso público	1043
4.2.1.	Exceções ao concurso público	1045
4.2.2.	Regras definidas pelo edital.....	1049
4.2.3.	Realização de novo concurso na vigência do certame anterior	1055
4.2.4.	Direito subjetivo à nomeação	1056
4.2.4.1.	Cadastro de reserva.....	1059
4.2.5.	Cláusula de barreira.....	1059
4.3.	Nacionalidade brasileira	1060
4.4.	O gozo dos direitos políticos.....	1061
4.5.	A quitação com as obrigações militares e eleitorais	1061
4.6.	O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	1061
4.7.	Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	1062
4.7.1.	Portadores de necessidades especiais.....	1063
4.7.2.	Limite de idade	1064
4.7.3.	Exame psicotécnico	1066
4.8.	Atividade jurídica.....	1068
4.9.	Vedação ao nepotismo.....	1070
4.10.	Vagas reservadas para negros e pardos.....	1073
4.11.	Terceirização de atividade pública	1074
5.	Estabilidade	1075
5.1.	Conceito e evolução constitucional	1076
5.2.	Empregos públicos.....	1079
5.3.	Dispensa do servidor estável.....	1080
5.4.	Estabilidade x Estágio probatório	1083
5.5.	Vitaliciedade	1085
6.	Direito de greve do servidor público.....	1086
7.	Provimento	1089
7.1.	Provimento Originário.....	1089
7.2.	Provimento Derivado.....	1090
7.2.1.	Provimento derivado vertical	1091
7.2.2.	Provimento derivado horizontal.....	1092
7.2.3.	Provimento derivado por reingresso.....	1092
	Vídeo.....	1093
8.	Vacância.....	1095
9.	Acumulação de Cargos.....	1097
	Vídeo.....	1099
9.1.	Acumulação de cargos na carreira militar	1101
10.	Deslocamento	1101
10.1.	Remoção.....	1101
10.2.	Redistribuição.....	1103

11. Remuneração do Servidor Público.....	1104
11.1. Irredutibilidade de Remuneração	1106
11.2. Salário Mínimo.....	1108
11.3. Pagamento em atraso	1108
11.4. Vinculação e equiparação de remunerações	1108
11.5. Subsídios.....	1110
11.6. Teto remuneratório.....	1110
11.7. Desconto na remuneração do servidor público.....	1113
11.8. Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos.....	1114
12. Vantagens.....	1114
12.1. Indenização.....	1115
12.2. Gratificações	1118
12.3. Adicionais	1120
13. Férias	1122
14. Licenças	1123
15. Afastamentos.....	1126
15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	1126
15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade	1127
15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	1127
15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	1128
16. Concessões.....	1129
17. Regime Disciplinar	1130
17.1. Responsabilidade do servidor público.....	1130
18. Infrações e Sanções administrativas	1131
18.1. Demissão	1132
18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	1134
18.3. Suspensão	1135
18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança	1136
18.5. Advertência.....	1136
18.6. Prescrição.....	1137
18.7. Registro da Penalidade	1138
18.8. Competência para aplicação da Penalidade.....	1139
19. Processo Administrativo Disciplinar	1140
19.1. Sindicância.....	1141
19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1142
19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar	1142
19.4. Recurso e Pedido de reconsideração	1147
19.5. Revisão	1147
20. Processo sumário.....	1148
21. Aposentadoria do Servidor Público	1148
21.1. Regimes de Previdência.....	1149
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).....	1150
21.2.1. Breve histórico constitucional.....	1151
21.2.2. Características do RPPS	1152


21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	1153
21.2.4. Valor da contribuição	1160
21.2.4.1. Contribuição de inativos	1161
21.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária	1162
21.2.5. Teto do regime próprio.....	1162
21.2.6. Paridade e Integralidade	1163
21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria.....	1164
 Vídeo.....	1165
21.4. Acumulação de aposentadoria	1165
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	1165
22.1. Benefícios dos segurados	1166
22.1.1. Salário-família	1166
22.1.2. Auxílio-natalidade	1166
22.1.3. Licença para tratamento de saúde	1166
22.1.4. Licença-gestante, adotante e paternidade	1167
22.1.5. Licença por acidente em serviço	1168
22.1.6. Assistência à saúde.....	1168
22.2. Benefícios dos dependentes	1168
22.2.1. Pensão por morte	1168
22.2.1.1. Beneficiários da pensão.....	1170
22.2.1.2. Exclusão da Pensão.....	1171
22.2.1.3. Acumulação de pensões	1172
22.2.1.4. Pensão provisória.....	1173
22.2.2. Auxílio-reclusão.....	1173
22.2.3. Auxílio-funeral	1174
22.2.4. Assistência à saúde.....	1174
23. Quadro Sinóptico	1174
24. Súmulas	1212
24.1. Súmulas do STF	1212
24.2. Súmulas do STJ	1213
24.3. Súmulas do TST	1214
25. Jurisprudências 2021/2022	1214
25.1. Informativo do STJ.....	1223
25.2. Informativos do STF.....	1228
26. Questões de Concursos	1231

Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	1237
1. Considerações iniciais	1237
2. Conceito	1238
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade.....	1238
4. Dos agentes da improbidade administrativa	1239
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	1241


6. Sanções pela prática de ato de improbidade.....	1246
7. Cautelar de indisponibilidade de bens.....	1247
8. Cautelar de afastamento preventivo.....	1249
9. Procedimento da Ação de improbidade.....	1250
9.1. Partes e competência.....	1250
9.2. Petição inicial, contestação e julgamento.....	1251
9.3. Transformação em ação civil pública.....	1256
10. Do acordo de não persecução cível.....	1258
11. Crime de denunciação caluniosa.....	1260
12. Prescrição.....	1260
13. Retroatividade da norma mais benéfica em improbidade administrativa.....	1263
14. Aprofundamento para provas discursivas.....	1265
14.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa.....	1265
15. Quadro Sinóptico.....	1267
16. Súmulas.....	1272
16.1. Súmulas do STJ.....	1272
17. Jurisprudências 2021/2022.....	1272
17.1. Informativos do STJ.....	1278
18. Questões de Concursos.....	1282

Capítulo 16

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	1289
1. Direito de Propriedade.....	1289
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais.....	1290
3. Modalidades de intervenção.....	1292
4. Desapropriação.....	1292
4.1. Objeto da desapropriação.....	1293
4.2. Pressupostos da desapropriação.....	1294
4.2.1. Desapropriação Comum.....	1296
4.2.2. Desapropriação especial urbana.....	1299
4.2.3. Desapropriação Especial Rural.....	1301
4.2.4. Desapropriação Confisco.....	1302
4.3. Procedimento da Desapropriação.....	1305
4.3.1. Competência para desapropriar.....	1305
4.3.2. Fases do Procedimento.....	1307
4.3.2.1. Fase Declaratória.....	1308
4.3.2.2. Fase executória.....	1310
4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem.....	1311
4.4. Ação de desapropriação.....	1312
4.5. Correção monetária.....	1314
4.6. Juros compensatórios.....	1315
 Vídeo.....	1316
4.7. Juros moratórios.....	1317


4.8. Honorários advocatícios.....	1318
4.9. Ação de desapropriação rural.....	1319
4.10. Desapropriações diferenciadas.....	1321
4.10.1. Desapropriação privada.....	1321
4.10.2. Desapropriação indireta.....	1322
4.11. Situações específicas na desapropriação.....	1324
4.11.1. Direito de extensão.....	1325
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão.....	1325
4.12. Desapropriação por zona.....	1329
4.13. Desapropriação de domínio útil.....	1330
5. Intervenções restritivas na propriedade privada.....	1331
5.1. Limitação administrativa.....	1331
5.2. Servidão Administrativa.....	1334
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa.....	1336
5.2.2. Procedimento de instituição da servidão administrativa.....	1337
5.2.3. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa.....	1338
5.3. Tombamento.....	1339
5.3.1. Bens objetos de tombamento.....	1341
5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento.....	1343
5.3.3. Indenização.....	1344
5.3.4. Procedimento.....	1345
5.3.5. Extinção.....	1346
5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa.....	1347
5.4. Requisição administrativa.....	1348
5.4.1. Características e objeto da requisição.....	1348
5.5. Ocupação temporária.....	1349
6. Quadro Sinóptico.....	1350
7. Súmulas.....	1373
7.1. Súmulas do STF.....	1373
7.2. Súmulas do STJ.....	1374
8. Jurisprudências 2021/2022.....	1374
9. Questões de Concursos.....	1378

Capítulo 17

BENS PÚBLICOS	1385
1. Conceito.....	1385
2. Competência para legislar.....	1387
3. Classificação.....	1388
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1389
5. Garantias.....	1390
 Vídeo.....	1392
5.1. Alienação de bens públicos.....	1392
6. Utilização de bens públicos por particulares.....	1394

6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos	1396
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1398
7.1. Aquisição contratual	1398
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza	1399
8. Bens em espécie	1400
9. Aprofundamento para provas discursivas	1404
10. Quadro Sinóptico	1405
11. Súmulas	1410
11.1. Súmulas do STF	1410
11.2. Súmulas do STJ	1410
12. Jurisprudências 2021/2022	1410
12.1. Informativos do STF.....	1415
13. Questões de Concursos	1415

Capítulo 18

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1421
1. Introdução e conceito.....	1421
2. Finalidade do processo administrativo.....	1422
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1424
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1424
3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1425
3.2. Devido Processo Legal.....	1425
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1426
3.4. Instrumentalidade das formas	1429
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1429
3.6. Verdade Real	1430
3.7. Gratuidade.....	1431
3.8. Princípio da Legalidade.....	1431
3.9. Princípio da motivação.....	1431
4. Processo Administrativo Federal.....	1432
4.1. Aplicação Subsidiária	1433
4.2. Princípios previstos na Lei 9.784/99	1433
5. Direitos e deveres dos particulares	1434
5.1. Legitimidade processual	1435
6. Início do processo	1436
 Vídeo.....	1436
7. Competência administrativa.....	1437
7.1. Suspeição e impedimento.....	1438
8. Dos atos processuais.....	1438
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	1438
8.2. Comunicação dos atos processuais	1439
9. Fases do processo administrativo	1440
9.1. Instauração	1440

9.2. Instrução processual, defesa e relatório	1441
9.3. Decisão	1443
10. Motivação dos atos processuais	1443
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1444
11. Extinção do processo.....	1444
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo.....	1445
13. Decisão coordenada	1445
14. Recursos administrativos	1446
14.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos.....	1447
14.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1448
14.3. Da revisão	1448
15. Contagem de prazos.....	1448
16. Processo Administrativo Disciplinar.....	1449
16.1. Sindicância investigativa ou preparatória.....	1449
16.2. Sindicância contraditória ou acusatória	1450
16.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1451
16.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar.....	1452
17. Impugnações administrativas do julgamento	1458
17.1. Recurso e Pedido de Reconsideração	1459
17.2. Revisão	1459
18. Processo sumário.....	1460
19. Quadro sinóptico	1462
20. Súmulas	1474
20.1. Súmulas do STF	1474
20.2. Súmulas do STJ	1474
21. Jurisprudências 2021/2022	1475
21.1. Informativos do STJ	1477
22. Questões de Concursos	1478

Capítulo 19

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO.....	1485
1. Introdução	1485
2. O estado regulador e a constitucionalização normativa.....	1486
3. A ordem econômica e seus fundamentos	1487
3.1. Valorização do trabalho humano.....	1487
3.2. Liberdade de iniciativa	1488
4. Princípios da ordem econômica.....	1488
5. Formas de atuação do estado	1489
6. Estado regulador	1489
6.1. Competências para intervenção.....	1490
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico.....	1491
6.2.1. Hipóteses de abuso.....	1492
6.2.2. Espécies de abuso. Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1493
6.2.3. Práticas restritivas verticais.....	1493

6.3.	Normas de repressão dos abusos.....	1494
6.3.1.	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1494
6.3.2.	Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica.....	1495
6.3.3.	Acordo de leniência.....	1497
6.3.4.	Controle de concentrações.....	1498
6.4.	Controle do abastecimento.....	1499
7.	Estado executor.....	1500
7.1.	Exploração direta em regime de livre concorrência.....	1500
7.1.1.	Regime das empresas estatais.....	1501
7.2.	Monopólio estatal.....	1502
7.2.1.	Atividades monopolizadas.....	1502
8.	Quadro sinóptico.....	1503
9.	Jurisprudências 2021/2022.....	1505
10.	Questões de concursos.....	1506
	BIBLIOGRAFIA.....	1511